

Educação: caminho para valorização da diversidade sociocultural e o respeito ao outro.¹

Kenny de Lima Almeida²

Devemos deixarnos orientar pela utopia que faz convergir o mundo para uma maior compreensão mútua, acompanhada por um sentido mais arraigado de responsabilidade e mais solidariedade, na aceitação de nossas diferenças de natureza espiritual e cultural. Ao permitir que todos tenham acesso ao conhecimento, a educação desempenha um papel bem concreto na plena realização desta tarefa universal: ajudar a compreender o mundo e o outro, a fim de que cada um adquira maior compreensão de si mesmo (Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília, junho de 2010. p.27).

RESUMO

Este artigo trata de uma atividade de intervenção com alunos do 4º Período de licenciatura em História da FACHUSC, no ano de 2014. Pensada para levar os estudantes a refletirem sobre os lamentáveis episódios de intolerância, nos espaços urbanos, a culturas tradicionais, especialmente, aquelas de matriz africana, que ocorreram durante a eleição presidencial de 2014. Para tanto, fizemos uma incursão pela humanização da Educação, através de autores que discutem Educação e espiritualidade, para responder sobre a importância da História, na criação de uma cultura de respeito ao outro, por conseguinte, de defesa dos Direitos Humanos. A intervenção consistiu em uma aula da campo, nas cidades históricas de Olinda e Recife, com temática centrada no patrimônio material e imaterial, privilegiando as manifestações populares de cunho religioso.

Palavras-chave: Ensino de História, Educação e espiritualidade, Direito a cidade, Direitos Humanos

Education: a way to assign value to sociocultural diversity and the respect of others

ABSTRACT

This article is the outcome of some interventions with students of the FACHUSC History program attending the subject called Brazilian History 1. The activities happened in 2014. Our aim is to reflect about disgusting events of intolerance in urban areas affecting traditional cultures, especially those of African background. These attacks occurred during the elections for the Brazilian president in 2014. In order to achieve that, we studied some authors that work with education and spirituality to justify the importance of History to start a culture based on respecting a different culture, and consequently standing for the Human Rights. This intervention consisted in a class outdoors in the historical cities of Olinda and Recife. The theme focused on material and immaterial heritage with emphasis on religious popular expressions.

¹ O artigo parte da experiência desenvolvida no ano de 2014 como atividade acadêmica com alunos licenciatura em História da FACHUSC.

² Mestra em História pela UFPE. Professora de História na Faculdade de Ciência Humanas do Sertão Central/FACHUSC, em Salgueiro/PE.

Keywords: the teaching of History, Education and Spirituality, Citizen rights, Human rights.

Recibido: 08 de agosto de 2018

Aceptado: 23 de agosto de 2019

INTRODUÇÃO - (RE)HUMANIZANDO AS CIDADES...

Objetivando pôr em prática atribuições do entendimento sobre o direito à liberdade religiosa, em consonância a Lei 11.645/08, iniciamos um projeto de aulas de campo (duração de três dias), para alunos do Curso de História da Faculdade de Ciência Humanas do Sertão Central- FACHUSC, localizada em Salgueiro/PE. Com a turma do 4º período de História, do ano de 2014, a proposta do projeto em tela teve como foco um roteiro privilegiando as manifestações populares de cunho religioso. Vale destacar que em 2014, ano de eleição presidencial, os ânimos da população brasileira estavam acirrados, despertando preconceitos de toda sorte. Contudo, as religiões de matriz africana foram os alvos preferidos de crimes de ódio e racismo. A temática sugerida viria a responder sobre a exclusão dessas religiões no cotidiano da própria cidade de Salgueiro.

Como o anjo de Pau Klee³, a História tem seu corpo no presente, por isso sair para além dos muros da faculdade e dos livros, indo ao encontro da realidade faz-se necessário para preparar futuros profissionais que compreendam o universo ao seu redor. Nosso intuito foi também reforçar o sentido do Curso de Licenciatura em História, como aquele que valoriza a memória como patrimônio imaterial e humanizar a sociedade na qual a faculdade está inserida. Como lecionamos História do Brasil 1, que trata da história colonial, propomos discutir a história das cidades coloniais de Recife e Olinda, focando na formação sociocultural para melhor relacionar ao cotidiano atual.

³ Angelus é o título latino de um desenho a nanquim, giz pastel e aquarela sobre papel, feito por Paul Klee em 1920. Atualmente faz parte da coleção do Museu de Israel, em Jerusalém. Na nona tese do seu ensaio "Sobre o Conceito de História", o filósofo e crítico literário Walter Benjamin, que adquiriu o desenho em 1921, escreveu: *Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.*

Portanto, pretendíamos tratar de cidades coloniais e as relações com as cidades contemporâneas. Mas, não desejamos discutir todos os aspectos e sim (des)continuidades materiais e imateriais das expressões religiosas dos portugueses, espanhóis, indígenas que se misturaram ao sagrado dos povos africanos.

A cidade é onde se concentra o maior número de pessoas com uma infinidade de origens. A cidade contemporânea tem sido lugar de solidões, anonimatos e desinteresses de uns pelos outros. Como cada um quer ver a cidade de seu ponto de vista, cada um defende projetos de vida diferentes para essa cidade. O que fazer para agregar as diferenças, para que o direito de um não seja prejudicial ao do outro? A cidade parece ser o lócus da contradição, no entanto, ela tem uma função social de agregar. O direito à Cidade é direito à vida na cidade, pois um valor não pode ser prejudicial ao outro. Qualquer valor que um indivíduo venha a ter não são valores fragmentados, fazem parte de uma totalidade. O absoluto é o equilíbrio.

Assim, para tratar sobre o viver na cidade do Recife e Olinda é necessário não discutir apenas as fortalezas, as belezas dos rios, do mar e dos casarios, mas das contradições e desigualdades sociais. E, com isso, preparar a nova geração de professores de História para lidar com os problemas do avanço das cidades sobre o campo e as implicações, observando por diversos ângulos o que significa viver em uma grande cidade. Com isso despertar, nos futuros professores/historiadores, o respeito pela diversidade dos espaços, diversidade dos homens e mulheres que contribuíram e contribuem para história de todas as cidades.

Neste sentido, provocar um olhar sobre as cidades como “lugar construído pelos humanos para estarem juntos” (BRANDÃO, 2016, 62) e assim propor um olhar humanizado para as pessoas e para o espaço urbano ocupado.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO CAMINHO PARA (RE)HUMANIZAÇÃO DA CIDADE DE SALGUEIRO/PE

Salgueiro era uma cidade em visível crescimento urbano, localizada no cruzamento entre a Bahia, Piauí e Ceará. Quem viaja de carro para o Norte do País provavelmente passará por essa cidade. Pessoas vindas de quase todos os lugares do Brasil, compõem uma parcela de sua população. Com as obras do Governo Federal (a Transposição do Rio São Francisco e a TRANSNORDESTINA), a cidade abrigou, por muito tempo, aproximadamente, 10 mil pessoas de outras regiões, entre as quais alguns

estrangeiros. Porém, a população local, formada por 60.453 habitantes, assistiu assustada às mudanças que a aceleração do seu cotidiano apresentou nessas últimas décadas. Como toda cidade, enfrenta problemas como a violência e a degradação ambiental. Os habitantes na cidade de Salgueiro começaram a se sentirem ameaçados por estas mudanças. Mais uma razão para incluirmos, em nosso programa de aula de campo, temas que contribuíssem para o entendimento da necessidade de cultivar o respeito às diferenças e o reconhecimento da cidade como espaço público, onde nos constituímos “como um eu a dialogar com esse outro do tempo e das gerações futuras”. Carlos Leite Brandão afirmou que

O homem só se torna homem quando reconhece e vivencia a parte que lhe cabe num drama mais amplo, num ethos, em que, além de representar um papel, ajuda a criar seu texto. E isso pressupõe o outro ‘diante do qual o eu’ se apresenta e com qual ele deve dialogar. Espaço da república, da liberdade, da memória e do outro, a cidade constitui o lócus da pólis onde nasce a nossa humanidade em seu sentido mais pleno (BRANDÃO, 2006, p. 62).

Seguindo a leitura do autor sobre as cidades, pensamos a aula de campo, sobre a História das Cidades do Recife e de Olinda, centrada não somente nos centros históricos, mas nas áreas periféricas e incluímos o Bairro do Alto José do Pinho, berço de maracatus, afoxés e caboclinhos tradicionais, como o Maracatu Estrela Brilhante, agremiação com mais de 100 anos de existência, cuja Presidenta é também a Mãe de Santo dos membros do Maracatu. No programa, também incluímos uma visita à Mesquita localizada no Bairro da Boa Vista, na Rua da Glória, e também à Primeira Sinagoga das Américas, na Rua do Bom Jesus. Bem como, a participação na Festa em homenagem a Iemanjá no mais antigo terreiro do Recife, o Terreiro Obá Ogunté, conhecido como Terreiro de Pai Adão, localizado no Bairro de Água Fria.

Subir os bairros altos da zona norte de Recife, para ouvir dos moradores locais, sobre a trajetória de luta por direito à moradia e reconhecimento da cidadania, foi o caminho para os/as alunos/as refletirem sobre a história dos bairros populares que ficam nos arrabaldes da cidade de Salgueiro e a legitimidade dos direitos dos moradores a serem reivindicados e respeitados.

Neste sentido, destacamos a importância da compreensão dos direitos humanos como elementar para os processos de mobilização, pois,

a história dos direitos humanos no continente (americano) precisa ser abordado e elaborado a partir de episódios e pessoas significativas das lutas e movimentos (ZENAIDE, 2014, p.30).

A compreensão do movimento de luta dos bairros leva a uma visão da história onde os protagonistas estejam envolvidos numa trajetória de luta por direitos humanos. Desperta para o direito ao acesso à cidade. A atividade faz refletir sobre por que os moradores pobres devem ser segregados das cidades ou por que os terreiros estão nessas comunidades periféricas e por que eles devem ser marginalizados. O uso dos territórios da cidade deve ser construído com a comunidade. Para cumprir sua função social o planejamento da cidade deve subordinar-se ao uso do coletivo⁴.

Sendo o ser humano um ser relacional, a cidade deve ser lugar de encontro, lugar plural, do cuidado e da celebração da vida. Com este sentido cumprimos nosso roteiro descrito acima e após o encontro com a religião muçulmana, os estudantes foram encaminhados a Rua do Bom Jesus para uma visita a primeira Sinagoga das Américas, onde puderam ouvir e debater sobre a história da religião judaica e a presença do povo judeu no Brasil colonial. No mesmo fim de semana, ouviram diversos maracatus que registram a presença marcante da religião e da cultura africana no dia a dia da cidade. Na tarde do dia 15 de Novembro de 2014, fomos ao Terreiro de Pai Adão. Terminamos a aula com todos os estudantes, independentemente de suas religiões, participando entusiasmados dos festejos a Iemanjá que o Terreiro oferecia naquele dia.

O direito a cidade é um direito humano. É um direito que deve ser exigido para plenitude da população. Por essa razão o uso da expressão não é definitivo é algo a ser constantemente construído, pois essas lutas e conquistas são algo que se constrói e desconstrói constantemente. É uma luta de totalidades de bem-estar. O Direito a Cidade é uma conquista, o resultado de lutas.

EDUCAÇÃO: CAMINHO PARA A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL E O RESPEITO AO OUTRO.

A importância de levar futuros professores de História a refletir sobre a própria postura, frente a religiões não-cristãs, está em levá-los a pensar que Educação propriamente significa servir para pessoa algo que a torna mais humana. Visto que geralmente as religiões de matriz africana estão em zonas da cidade marginalizadas, onde a população desses bairros vivenciam estados de pobreza, é preciso inserir a

⁴ Lembremos a lei 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição brasileira.

discussão sobre “o que é o Humano em nós” para que essa educação alcance a dimensão espiritual, só assim poderemos tornar o humano, humano!

Recentemente a BBC Brasil publicou um artigo sobre a forma como a pobreza afeta o cérebro das crianças. Crianças e jovens em situação de pobreza tem menor desempenho escolar porque estão, constantemente, estressados pelas tensões domésticas motivadas pelas preocupações dos pais e mães com o pagamento das contas, a falta de alimentação adequada e por receberem pouca atenção dos genitores ou responsáveis. Sobre este último fator, verificou-se que as crianças recebem pouco estímulo devido à ausência dos pais e mães que não tem tempo para as brincadeiras com os/as filhos/as, etc. Afirmou-se ainda que o estresse de uma vida instável provoca uma sobrecarga mental deixando menos espaço cognitivo para outras coisas. A BBC procurou os especialistas, que estão realizando pesquisas neste campo, como Eldar Shafir, professor de Ciências Comportamentais e Políticas Públicas da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, a professora Adina Zeki al Hazzuri, da Universidade de Miami e a professora de Psicologia da Universidade de Washington, Katie McLaughlin. Todos foram enfáticos, ao afirmar que um contexto social, provido de menos recursos, pode afetar o desempenho das crianças. Se não podemos afirmar que a violência é causa direta da pobreza podemos relacioná-la às dificuldades de aprendizagem de crianças e jovens vivendo com pouco ou nenhum recurso (BBC Brasil, 04/06/2017).

Para I. Buchanan (1972),

O termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura (BUCHANAN, 1972 *apud* SANTOS, 2013, p.36).

Neste sentido, a pobreza é inerente a um dado sistema, necessária para sua manutenção. No que tange a Educação, a matéria da BBC e o conceito de Buchanan, sobre o termo pobreza, provoca uma discussão que vai de encontro à visão liberal da meritocracia para a qual as desigualdades existentes seriam consequências únicas das diferentes capacidades individuais. A existência de fatores sociais, físicos, culturais, psíquicos, religiosos (crenças) limitando essa liberdade, é ignorada. (FILHO, 2017). Levando em consideração que fatores externos refletem no emocional, podendo dificultar a aprendizagem, como educar o ser humano se o nosso sistema educacional é voltado apenas para o campo material?

Nos cursos de licenciatura em História - possivelmente não seja diferente nas demais licenciaturas - divaga-se sobre diversas teorias da Educação. Os alunos leem

os principais teóricos e até procuram aplicar o que aprendem, mas costumam se decepcionar quando se deparam com uma infinidade de histórias de vida com as quais não se sentem aptos a trabalhar. Normalmente os conceitos da Educação são limitados e via de regra tratam a Educação como um aspecto isolado, não como o foco. Quando se aproximam um pouco mais do ser humano, ressaltam apenas a razão, todavia as demais dimensões do nosso ser não são contempladas. (MORIN, 2003).

É fácil perceber que tais teorias esqueceram de enxergar o ser humano como um todo, numa complexidade que não conseguem abarcar. Muitos exemplos de uma Educação desumanizada podem ser citados, sendo o primeiro deles a educação do corpo físico. Geralmente, as crianças são treinadas para competição, levando-se o corpo físico ao limite mesmo sob o risco de esgotá-lo. Da mesma forma, a alimentação oferecida em casa ou na escola, não é pensada para aguçar o paladar para aquilo que faz bem à saúde. Nós educamos a criança para que se torne útil a sociedade e para perpetuar suas normas, bem como, atender ao mercado. Seu futuro, portanto, depende de se enquadrar na educação que lhe é oferecida, sem uma reflexão se adequar-se ao *status quo* é o melhor para o educando. Tudo é Educação! Pensar desta forma é uma armadilha indicando que qualquer um pode opinar sobre a Educação. (RÖHR, 2015). Evidências disto são os administradores públicos que muitas vezes colocam na pasta da Educação profissionais de outras áreas, desconhecedores sobre o que é melhor para o educando. É necessário, portanto, repensar a Educação propondo um outro tipo que revolucione a forma de pensar o ser humano. (MORIN, 2003).

Não é possível alcançar o propósito da Educação sem antes pensar o educador. Precisamos entender qual o caminho que liga o educador ao educando. Neste sentido, o que seria o objetivo pedagógico se, para este olhar, o ponto de vista do educador não responde sobre aquilo que é bom para o educando? O que fazer se cada um de nós tem um propósito e uma formação sociocultural e ideológica também? O tipo de educação que normalmente está posto é aquele cuja tarefa consiste em fazer com que o educando corresponda a essa meta clássica, quando se impõe uma ideologia. Dizer que o educador tem um ponto de vista, não significa que irá negar isso, o que o educador não pode fazer é impor este ponto de vista, seja qual for, do contrário deixará de educar.

Existem duas correntes pedagógicas que se completam mas isoladamente parecem não alcançar essa tarefa da Educação, de despertar o humano no humano: a corrente da irreverência e a da correspondência. A teoria da irreverência nega que a vida humana tem sentido definido. O ser humano é condenado a ser livre sem que tenha

orientações externas. Já a teoria da correspondência propõe uma valorização da razão do conhecimento, levando o educador e o educando a acreditar que tudo pode ser conhecido racionalmente, uma total fé de que a ciência responderá a tudo. A dimensão espiritual na educação racional é subvalorizada, não busca informar ao educando os limites desse racional, na medida que nenhuma verdade é absoluta (RÖHR, 2015).

Para superar essa suposta contradição, entre a corrente da irreverência e a da correspondência, teríamos que incluir tudo aquilo que parece estranho a nós, como algo próprio do ser humano. De repente, aquela situação que parece distante da nossa realidade pode ser pensada em outros termos. Buscando entender o significado dela, em nós tomamos consciência de quem somos e ganhamos em liberdade, na medida em que reconhecemos, por exemplo, que esse estranho em nós é prejudicial, ao tomar consciência disso não iremos mais participar dele. Ao incluir o estranho em nós, ele nos dará mais liberdade. A liberdade é a enfim a entrada na dimensão espiritual (RÖHR, 2015).

O LUGAR DA HISTÓRIA NO DESPERTAR DO “HUMANO EM NÓS”

Lévinas dirá que “o encontro com Outrem é imediatamente minha responsabilidade por ele”. Nesse encontro, o outro pode ser compreendido ou não. O referido autor fala de um ser humano que é em essência um ser relacional, mas dirá também da necessidade de um “despertar para o humano”. Nisso reside a importância do conhecimento do passado desse outrem, da sua história. Pois nessa relação de proximidade, aprende-se a olhar o mundo do ponto de vista do outro e a se reconhecer na diferença do outro (LEVINAS, 2010, p. 67).

O lugar da História é o de analisar os movimentos do passado que levaram a um processo de exclusão social, por exemplo. Assim, as razões pelas quais crianças pobres tem maiores dificuldades de aprendizagem é uma questão histórica. Essa dificuldade de aprendizagem não é uma limitação permanente, ela pode ser superada. Para isso é necessário não só uma melhora nas condições materiais dessas crianças, mas um repensar do modo de educar pensando na integralidade desse ser humano. Será preciso criar no educador a capacidade de escutar e acolher o outro, como dito anteriormente. Mas, acima de tudo, exigirá um comprometimento do educador com valores éticos já que esse repensar a educação se propõe a pensar a dimensão humana. Os Direitos Humanos são valores éticos, para outras pessoas aderirem a uma cultura de respeito a eles é necessário entender a realidade histórica na qual estão inseridos.

Para Milton Santos, geralmente as teorias que tentam definir a pobreza são falhas porque temem atacar as razões históricas de sua existência. Dentre estas, a explicação estatística é usada com frequência, mas não consegue responder de forma adequada a problemática, pois faz crer que o problema está na superpopulação, contribuindo para a formação de uma outra ideia perniciososa, “uma superabundância de pessoas”, logo devem “ser eliminadas ou responsabilizadas, social e economicamente, por sua inutilidade” (SANTOS, 2013, p.36). Uma Outra teoria crer que a educação “é um instrumento indispensável” para estas pessoas alcançarem a inclusão, mas ela também revela-se falha, porque

confunde uma coincidência com uma relação causal, considera os pobres como se tivessem algum poder de decisão sobre a qualidade e o tipo de educação que lhes é destinada, e como se o processo de educação não fosse, ele próprio, condicionado pelas necessidade da produção (SANTOS, 2013, p.23).

Nenhuma dessas tentativas de explicação da pobreza consegue definir e gerar soluções realistas para o problema, porque todas elas se recusam a denunciar a existência da pobreza em toda parte condicionada historicamente. A definição da pobreza que Milton Santos acredita mais adequada, baseado em GUNDER (1996), é a que define o posicionamento de rejeição e de repressão dos pobres, pois

não são socialmente marginais, e sim rejeitados; não são economicamente marginais, e sim explorados; não são politicamente marginais e sim reprimidos (SANTOS, 2013, p.36).

O conhecimento da História nos confronta com a persistência dessas injustiças e violações de direitos. Ela abre caminho para a construção de uma cultura de respeito aos Direitos Humanos, para o exercício de responsabilidade pelo outro. Estamos falando de uma disposição para escutar-falar-acolher quem não fala nossa própria língua ou teve uma vida de exclusão como aquela acima citada.

A questão vai além de livros didáticos e espaços físicos adequados. É preciso investir na formação de profissionais humanizados. Para Aida Monteiro, a Educação deve contribuir para uma defesa “intransigente dos Direitos humanos para todos e da cidadania democrática fundamentada nos pilares da igualdade e da liberdade” (MONTEIRO, 2010, P.50). É importante observar o que a pesquisadora considerou imprescindível: manter viva a memória através da história, pois é a partir dos conhecimentos sobre o passado que se pode encontrar os meios de violações da

dignidade humana e, na perspectiva de uma concepção sociológica, criar uma cultura de respeito à pluralidade humana.

Faz parte dessa educação apreender os conteúdos que dão corpo a essa área, ou seja: a história, os processos de evolução das conquistas e das violações dos direitos, as legislações, pactos e acordos que dão sustentabilidade e garantia aos direitos são conteúdo a serem trabalhados no currículo básico (MONTEIRO, 2010, p.50).

O grande desafio, portanto, para concretizar esta proposta é superar a falta de capacitação dos professores “uma vez que estes conteúdos”, geralmente, “não fizeram ou não fazem parte da formação dos profissionais nos cursos de graduação, na pós-graduação e na educação básica” (MONTEIRO, 2010, p.52).

Evidência disto é a falta de capacitação dos profissionais para lidar com a pluralidade de credos, sendo a educação religiosa um dos pontos mais sensíveis da questão. Profundamente relacionada com a preservação da dignidade humana, uma vez que no Brasil, as religiões de base africana são cada vez menos toleradas, com professores recusando-se a usar o material didático que trata sobre a cultura afro-brasileira. Por outro lado, existe a preocupação e uma tentativa de “garantir” a laicidade do ensino no Brasil, estimulando o respeito a direitos garantidos constitucionalmente, a respeito da liberdade religiosa.

A Declaração dos Direitos Humanos é uma base muito importante para esse entendimento de que há uma necessidade de dialogar com valores aceitos por outros povos para não cairmos na violência cultural. No art. 26 defende que

A instrução será orientada no sentido pleno do desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da Paz (Declaração dos Direitos Humanos. *Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas – resolução 217 A III- em 10 de dezembro 1948*).

Para isto, não basta apenas a transversalidade nas diretrizes curriculares do ensino básico. É necessário que as instituições de *Ensino Superior* também passem por reformas, para formação de um profissional apto a discutir na sala de aula tais conteúdos e com capacidades, inclusive psicológicas, para exercer sua função independente de seu próprio credo e com respeito ao outro.

A exemplo da Lei nº 11.645 de março de 2008⁵ que, mesmo em vigor, não conseguiu estimular uma adaptação imediata de todas as matrizes curriculares dos cursos de licenciaturas em História, que são enrijecidas, incapazes de promover uma integralidade com o universo ao seu redor, visto que os profissionais nelas formados precisam atuar para a melhoria deste universo e nas condições oferecidas. Lembrando Paulo Freire, educar é antes de mais nada concretizar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudantes envolvidos no projeto de aula de campo, interagiram não somente como alunas e alunos de licenciatura em História, mas como pessoas interessadas em dialogar com aquilo que não conheciam de perto, encantados com a beleza da diversidade de todas as crenças. Em tempos de despertar de pré-conceitos, como aqueles que vimos emergir no momento histórico atual, pensamos ser adequado confrontar os conceitos dos estudantes sobre o universo das religiões com a visão de mundo que em cada expressão sociocultural é apresentada com seus ritos, singularidades e o ponto comum entre todas: a busca do sagrado, a vontade de todos os homens e mulheres de encontrarem respostas sobre sua presença no mundo.

Como afirmou Edward Said, é necessário pensar sobre o outro a partir do que o outro tem a dizer de si mesmo e refletirmos sobre a importância de conhecer situações que podem parecer diferentes, mas ao aproximar o nosso foco, deixam de ser estranhas e distantes. O sentido é educar para o respeito ao humano em cada um de nós (SAID, 2011).

Lembramos aos estudantes que o surgimento das cidades é condição da sociabilidade humana. A cidade assume diversas funções diante das necessidades da sociedade que a constitui. Assim, Recife, no imaginário do campo pernambucano, era a cidade das possibilidades e dos distanciamentos dos coronéis - em tempos mais remotos - e das lideranças políticas que se comportam como donos do poder. A Cidade do Recife emergia como lugar onde as oportunidades se mostravam maiores, mesmo que o destino pudesse ser as palafitas, às margens dos rios que a cortam.

⁵ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Ao participarem, ainda que em um tempo diminuto, do cotidiano desta cidade, os estudantes aprenderam a reconhecer e compreender o movimento da sua própria cidade, Salgueiro, ao visitar uma situação diferente daquela vivida por seus pais e avós. Sair dos limites amadurece o profissional e o ser humano, porque aprendemos a desenhar uma história de cosmopolitismo, em contraponto ao provincianismo das origens coronelistas, no interior do nosso país. Aprenderam também que uma grande cidade, modernizada e rica, pode não ser aberta para o diferente, para o humano e que a compreensão de sua história pode contribuir para criar cidadãos do mundo, livres e abertos ao diálogo.

O resultado foi uma preocupação com a história de Salgueiro/PE. Uma preocupação em valorizar a história local, como forma de afirmar a identidade dos habitantes da cidade, bem como, promover uma cultura de inclusão entre a população de Salgueiro, através da valorização da cultura afro-brasileira, pois o município possui três comunidades remanescentes de quilombos, duas não reconhecidas (Contendas e Santana), sendo uma delas pioneira nas mobilizações pelo reconhecimento como comunidade quilombola, oficialmente reconhecida, a Comunidade de Conceição das Crioulas. Possui quatro Terreiros, dois na rua “Suvaco”, um no Bairro do Divino, outro no Bairro do Prado. Salgueiro também possui o Território Indígena do Povo Atikum. Estas populações tem um histórico de rejeições por parte dos moradores na zona urbana de Salgueiro/PE (LIMA, 2016).

Estudantes, antes interessados no imaginário construído sobre a Capital, desenvolveram o gosto por descobrir em que parte da engrenagem do mundo encaixa-se a sua cidade. É com este olhar que descobriram que existem problemas de exclusão e pobreza não somente no Sertão, mas em todo o mundo. E que não é possível discutir em sala de aula questões pertinentes a esse processo, como se fosse endêmico a determinadas regiões do globo, na medida em que processos de exclusão social são um problema sistêmico e ocorrem em todos os lugares. Da mesma forma, aprenderam a respeitar o outro e sua história, suas escolhas, que nenhuma religião ou modo de vida deve ser depreciado, mas entendido como parte da individualidade da história que representa a formação daquela cidade. Neste sentido, julgo importante citar dois trabalhos monográficos defendidos por estudantes da turma de 2014: “O campo se insurgiu: as Ligas Camponesas e a luta pela terra (1954-1964)” de Leidjane de Souza Rufino e Invisibilidade social das Religiões Afro-brasileiras em Salgueiro/PE” de Francisca Ediane Lima.

Ouvir, ver, envolver-se para uma melhor compreensão do outro, e de nós mesmos, foi o objetivo principal das atividades realizadas. O propósito, mencionado acima, foi provocar os estudantes a observarem situações para sensibilizarem os seus futuros alunos a dialogarem com o outro, com este outro que pode estar no passado ou ao nosso lado. Razão porque o reconhecimento da diversidade de memórias que compõe a história das cidades no Sertão Central de Pernambuco, contribui para a apreensão de conteúdos, para o reconhecimento dos Direitos Humanos.

Pois, na medida em que aprenderam a reconhecer o processo de mobilizações e conquistas das chamadas comunidades tradicionais, como os quilombolas de Conceição das Crioulas e os indígenas Atikum, aprenderam sobre a legitimidade dos direitos que elas reivindicam. Penso ser necessário pontuar que, em cidades interioranas pernambucanas, é muito comum a perpetuação de grupos e famílias nos espaços de poder. A manipulação das memórias é um dos aspectos que contribuem para isso. Assim, compreende-se parte das questões que limitam políticas, enfocando o crescimento econômico para suposta melhoria de condições de vida da população local, mas estas cidades costumam definir ao permanecer imóveis e imutáveis, para facilitar a memorização dos interesses dos potentados locais. Dessa maneira, ao pensar o movimento de outras cidades, os estudantes se interessaram por observar a própria cidade, explorando os lugares recônditos que envolvem símbolos e sonhos criados por pessoas comuns que contribuíram para a história da Cidade de Salgueiro e o entorno.

“O capítulo 4” da Lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida por LDB, diz que a Educação Superior tem por finalidade: articular o processo de ensino, pesquisa e extensão, de forma a levar o/a aluno/a desenvolver uma atitude que lhe permita entender que a formação e o desenvolvimento profissional devem ser um processo permanente.

Dessa forma, vamos construindo diretrizes para emancipação e o respeito à cidadania. Ainda que seja, a princípio, no âmbito acadêmico, acreditamos que subiremos um degrau para as discussões por uma cidade mais inclusiva. Na medida em que os estudantes aprenderam sobre o direito a dignidade humana, a partir do respeito às religiões de matriz africana nos espaços urbanos, por exemplo, iremos formando homens e mulheres que se vêem como construtores do mundo, livres e sem as barreiras do preconceito; capazes de olhar para seus futuros alunos não como objeto de seu trabalho, mas como seres humanos que são.

Iniciamos este texto tratando da dificuldade de aprendizagem das crianças pobres que, segundo pesquisas sobre o tema, está relacionada a um contexto social provido de pouco ou nenhum recurso. Compreendemos que existem três caminhos possíveis para colaborar com um ambiente escolar adequado, para recepcionar crianças com esta vivência: primeiro, uma preocupação jurídica de encontrar meios de superação da violação de seus direitos, uma preocupação sociológica para criar uma cultura, uma vez que a lei não garante uma cultura de respeito às crianças e aos jovens. Por fim, é necessário criar aparato cultural, que dê sentido ao respeito aos jovens, algo que somente será possível por meio de uma Educação para os Direitos Humanos. As instituições de Ensino Superior ainda carecem desta compreensão. Aqui falou-se sobre a discriminação de manifestações religiosas nos espaços urbanos, para refletir sobre a discriminação étnico-racial não só nas instituições de educação – que ainda expõem símbolos cristãos em lugar laico – como na sociedade.

Como afirmou-se ao longo deste artigo, o conhecimento da História é importante para o reconhecimento do direito à liberdade religiosa e o bem-viver em uma cidade, mas não só isso, ele é primordial para que a sociedade reconheça direitos histórico-culturais de dignidade, liberdade e igualdade, assim contribuindo para criar uma cultura de respeito aos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- As cidades da Cidade/Carlos Antônio Leite Brandão** (organizador). 2006. Belo Horizonte: UFMG.
- CANDAU, Vera, SACAVINO, Susana.** 2000. *Educar em Direitos Humanos construir democracia*. DP&A. Rio de Janeiro.
- Cultura e educação em direitos humanos na América Latina / Ana Maria Rodino...**[et al], organizadores – João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.
- Declaração dos Direitos Humanos.** *Adotada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas –resolução 217 A III- em 10 de dezembro 1948*. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm Acesso em: 27 Jan. 2018.
- FILHO, Manuel Alves.** 2017. “A Meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, diz Sidney Chalhub”. *Jornal da UNICAMP*. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Documents/pós/A%20meritocracia%20é%20um%20mito%20que%20alimenta%20as%20desigualdades,%20diz%20Sidney%20Chalhub%20%20Unicamp.html> Acesso em 23 Jan. 2018
- FLORES, Elio Chaves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e.** (Orgs.). 2014. *Educação em Direitos Humanos & educação para os Direitos Humanos*. João Pessoa: Editora da UFPB.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; PEREIRA, Célia Maria Rodrigues da Costa; PEREIRA, Itamar Nunes da Costa.** (Orgs.). 2010. *Direitos Humanos na Educação de Ensino Superior*. João Pessoa: Editora da UFPB.

- LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.** BRASIL, Presidência República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em: 23 Jan. 2018.
- LEVINAS, Emmanuel.** 2010. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- LIMA, Francisca Ediane.** 2016. *Invisibilidade histórica e marginalidade social das Religiões Afro-brasileiras em Salgueiro/PE.- (TCC) – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central*. Salgueiro, p. 20.
- MORIN, Edgar.** 20014. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento* / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ONU.** 2004. *Plano Global de Educação em Direitos Humanos*. Estados Unidos.
- Quatro maneiras como a pobreza pode afetar o cérebro.** BBC Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/geral-40136177> Acesso em: 09 Out. 2018.
- SAID, Edward W.** 2011. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma.** (Orgs.). 2010. *Políticas e fundamentos teórico-metodológicos da Educação em Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez. Disponível em: file:///C:/Users/DELL/Documents/aulas/Estágio%20Supervisionado%20A/314_manual_edh_fundamentos_m_dh.pdf Acesso em: 01 Jan. 2018
- SANTOS, Milton.** 2013. *Pobreza Urbana*. – 3. Ed., 1. Reimpe. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.** 2010. Brasília: UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf> Acesso em: 27 Jan. 2018.
- RÖHR, Ferdinand.** “Religião, Ciência e Educação”. *Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade Dom Heitor Sales*. Disponível em http://www.fahs.edu.br/2015/uploads/Revista_FAHS_v1_n2.pdf Acesso em: 10 Nov. 2017

ANEXO



15/11/14- Festa a Iemanjá Terreiro Obá Ogunté ou Terreiro de Pai Adão



15/11/2014 – Cícero Antonio A. Neto (estudante) e Dona Marivalda Maria dos Santos
Presidenta da Nação do Maracatu Estrela Brilhante



Mesquita localizada no Bairro da Boa Vista, na Rua da Glória



Sede da Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas



Dança do coco – Parte da programação organizada pela comunidade para receber os alunos de História da FACHUSC



Ônibus que transportava os estudantes - A estrada que dá acesso a Comunidade de Conceição das Crioulas é de difícil acesso. Neste dia uma árvore tombou na estrada.



Visita ao Povo Atikun



Visita ao Povo Atikun - Estudantes de Licenciatura em História da FACHUSC